



Prefeitura Municipal de Motuca  
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 859 DE 23 DE JUNHO DE 2.021.**

**Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MOTUCA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 950.500,00 (Novecentos e cinquenta mil e quinhentos reais)**, destinados à suplementação de dotações no orçamento vigente (**LOA 2021 – Lei nº. 836 de 05 de novembro de 2020**), nas seguintes classificações institucionais, funcionais-programáticas e econômicas:

Órgão	Codificação (Funcional Programática)	Categoria Econômica	Fonte	Ficha	Valor R\$
02.01.03	08.243.0004.2011.0000	3.3.90.39.00	01	26	3.000,00
02.02.01	04.123.0003.2004.0000	3.3.90.39.00	01	35	103.000,00
02.03.01	12.365.0010.1002.0000	4.4.90.51.00	01	41	164.100,00
02.03.06	12.306.0015.2016.0000	3.3.90.30.00	05	140	25.000,00
02.03.06	12.306.0015.2016.0000	3.3.90.30.00	05	141	50.000,00
02.03.06	12.306.0015.2016.0000	3.3.90.30.00	05	142	100.000,00
02.04.01	10.301.0007.2009.0000	3.3.90.36.00	01	180	45.400,00
02.04.01	10.301.0007.2009.0000	3.3.90.39.00	01	181	380.000,00
02.05.01	15.451.0011.2012.0000	3.3.90.39.00	01	248	80.000,00
<b>Total.....</b>					<b>950.500,00</b>

**Art. 2º** - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de:

**I – Superávit Financeiro** nos termos do artigo 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17/03/1964 verificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

**Art. 3º** Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da **Lei nº. 738 de 08 de novembro de 2017, que aprovou o PPA 2018/2021** e a **Lei nº. 834 de 05 de novembro de 2020 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2021.**

**Art. 4º** Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio dos Autonomistas, 23 de junho de 2021

**JOÃO RICARDO FASCINELI**  
Prefeito Municipal